



MINISTÉRIO DA FAZENDA / ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JUAZEIRO DO NORTE

EDITAL Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2010, DA PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE.

O Procurador-Seccional da Fazenda Nacional de Juazeiro do Norte, no uso de suas atribuições, com fundamento no Decreto nº 87.497/92 e na Lei nº 11.788/08, bem como nas Portarias nº 313, de 14/09/2007, nº 467, de 31/12/2007 e Orientação Normativa nº 07, de 30/10/2008, todas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração (MPOG), comunica a todos os interessados que no período de 18 a 22 de janeiro de 2010 estarão abertas as inscrições para seleção de estagiário de nível superior em Direito para 3 (três) vagas, bem como para formação de cadastro de reserva para as vagas que vierem a ser abertas no prazo de validade da seleção.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – A seleção será realizada mediante Provas de caráter eliminatório e classificatório.

1.2 - O processo seletivo destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga com bolsa-auxílio de R\$ 364,00, vale-transporte de R\$ 6,00 (por dia) e carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e 2 (duas) vagas com bolsa-auxílio de R\$ 581,00, vale-transporte de R\$ 66,00 (mensal), e carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

1.3 - O prazo de validade do concurso será de 06 (seis) meses, prorrogável uma única vez, e pelo mesmo período, por ato do Procurador-Seccional. Na medida em que forem disponibilizadas as vagas de estágio remunerado existentes no âmbito desta Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional, os candidatos aprovados integrantes do cadastro de reserva do presente concurso preencherão automaticamente as mesmas, respeitada rigorosamente a ordem classificatória.

1.4 - O candidato aprovado deverá, quando da assinatura do termo de assunção das funções de estagiário remunerado, firmar declaração de que não participa de outro estágio nem escritório de advocacia que atue contra a Fazenda Pública Federal, judicial ou extrajudicialmente.

1.5 – O contrato de estágio será firmado por intermédio do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

2 - DOS REQUISITOS

2.1 - O candidato deverá estar regularmente matriculado no curso de Direito de Instituição de Ensino Superior, e já deverá ter cursado, obrigatoriamente, 120 (cento e vinte) créditos.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 – O pedido de inscrição será gratuito e efetuado no período de 18 a 22 de janeiro de 2010, das 09:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00 horas, na Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Juazeiro do Norte, localizada no prédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte, na Rua José Andrade de Lavor, 2001, Romeirão, através do preenchimento da Ficha de Inscrição, Anexo I, com apresentação da cópia do RG e CPF.

3.3 – Será admitida a inscrição por terceiros, mediante a entrega de procuração do interessado, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

3.3.1 - Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

3.3.2 – O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do Formulário de Pedido de Inscrição.

3.4 – As informações prestadas no Formulário de Pedido de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo esta Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional do direito de excluir do processo seletivo aquele que o preencher com dados incorretos, incompletos ou rasurados, bem como se constatado, posteriormente, que os mesmos são inverídicos.

3.5 – Em hipótese alguma o candidato poderá prestar provas sem que esteja previamente confirmado o seu pedido de inscrição.

4 – DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1 – As provas Objetiva e Dissertativa serão aplicadas na data provável de 5 de fevereiro de 2010, sexta-feira, em local e horário a ser definido por ato do Procurador-Chefe desta Unidade a ser publicado em 29 de janeiro de 2010, no site www.pgfn.fazenda.gov.br. A Prova Oral terá sua data definida no Edital que veicular o resultado final da fase escrita.

4.2 – As provas escritas serão compostas, respectivamente, de 20 (vinte) questões objetivas e 01 (uma) dissertativa, compondo um único caderno. As questões objetivas, de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas, sendo apenas uma correta, serão distribuídas conforme quadro abaixo, com matéria determinada no Anexo II deste Edital. As Provas Subjetiva e Oral poderão ter como objeto qualquer matéria listada no referido Anexo II.

Bloco I	Tributário	8 (oito) questões
Bloco II	Constitucional e Administrativo	7 (sete) questões
Bloco III	Processo Civil e Civil	5 (cinco) questões

- 4.2.1 – É necessário, para prosseguir no Certame e ter a prova subjetiva corrigida, que o candidato obtenha, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de acerto na Prova Objetiva.
- 4.2.2 - Nas Provas Dissertativa e Oral serão avaliados, além do conhecimento sobre o tema, a capacidade de desenvolvimento e o português do candidato.
- 4.2.3 – Todas as Provas terão como escore máximo a nota 10 (dez).
- 4.3 – O candidato deverá comparecer ao local das provas com antecedência mínima de vinte minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica transparente com tinta azul ou preta e seu documento de identificação com foto, não sendo permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, após o início das provas.
- 4.3.1 – O candidato deverá assinar a lista de presença identicamente ao seu documento de identidade, vedada a aposição de rubrica.
- 4.3.2 – Após identificado e instalado em sala de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início das provas.
- 4.4 – Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, *walkman*, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.
- 4.5 – Não haverá prorrogação do tempo de duração ou segunda chamada para as provas.
- 4.6 – O candidato somente poderá levar seu Caderno de Prova após a 1ª hora do início do exame.
- 4.7 – Serão submetidas à correção apenas as Folhas definitivas, que serão constituídas pelo gabarito, a ser preenchido pelo candidato, e por espaço reservado à Prova Discursiva. Não haverá espaço destinado exclusivamente à elaboração de rascunho.
- 4.8 – Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao processo seletivo no estabelecimento de aplicação das provas.
- 4.9 – O candidato que deixar de identificar corretamente sua prova será automaticamente excluído do processo seletivo.
- 4.10 – A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas.

5 – DOS RECURSOS

- 5.1 – O gabarito, para fins de Recursos, estará disponível no quadro de avisos do hall de entrada da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte, ou no site www.pgfn.fazenda.gov.br, a partir do primeiro dia útil subsequente à prova.
- 5.2 – Os Recursos serão devidamente fundamentados, digitados e limitados a 2000 (dois mil) caracteres. Admitir-se-á um único Recurso por questão, para cada candidato. Serão desconsiderados os Recursos remetidos por via postal, via fax ou via correio eletrônico
- 5.3 – O Recurso deverá ser apresentado no local de inscrição até um dia útil posterior, contados a partir da divulgação do gabarito, ou do resultado da Prova Subjetiva.

5.4– Se do exame dos Recursos resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que prestaram as provas, independentemente da formulação de Recurso.

5.5 – A decisão dos Recursos será dada a conhecer, coletivamente, por meio de Edital, na forma idêntica à referida no subitem nº 5.1.

6 – DA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

6.1 – Somente será considerado classificado no concurso o candidato que tenha obtido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos pontos nas Provas objetiva e subjetiva.

6.2 – Somente serão submetidos à Prova Oral os 20 (vinte) primeiros colocados classificados. Caso não se atinja a quantidade referida, todos os classificados, na forma do subitem anterior, serão avaliados.

6.2 – Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos, o desempate beneficiará o candidato que obtiver maior número de pontos, sucessivamente, nos Blocos I, II e III.

6.3 – Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato mais idoso.

7 – DA HOMOLOGAÇÃO FINAL

7.1 – O resultado final será homologado no prazo de cinco dias úteis após o resultado dos Recursos e dada publicidade na forma do subitem nº 5.1, obedecida a classificação dos candidatos aprovados, não se admitindo Recurso desse resultado.

8 – DA CONTRATAÇÃO E EXERCÍCIO

8.1 – Os candidatos aprovados no processo seletivo exercerão suas atividades na Sede da Procuradoria- Seccional da Fazenda Nacional de Juazeiro do Norte, no endereço já indicado neste Edital.

8.2 – A contratação inicial ocorrerá em observância ao número de vagas assinaladas no subitem 1.2, sendo os demais candidatos convocados em observância à ordem de classificação e de acordo com o surgimento de novas vagas.

8.3 - A classificação no Concurso não gera direito à contratação.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1– Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Chefe desta Unidade.

Juazeiro do Norte, 13 de janeiro de 2010.

VICTOR HUGO REIS PEREIRA
Procurador-Seccional da Fazenda Nacional

ANEXO I

Ficha de Inscrição

Nome: _____
CPF: _____ RG: _____ Órgão Exp.: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____ Celular: _____
E-mail: _____
Instituição onde estuda: _____ Semestre: _____

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei (Código Penal, art. 299), que as informações prestadas são verídicas, e que satisfaço, nesta data, os requisitos trazidos pelo Edital nº 1, da PSFN de Juazeiro do Norte, que regulamenta o Certame, em especial os listados no Item nº 2 do citado Edital.

Ademais, declaro que tenho pleno conhecimento e concordância com as regras do Edital citado.

Juazeiro do Norte, _____ de janeiro de 2010.

Assinatura

Comprovante de Inscrição – Concurso de Estagiário para PSFN-Juazeiro do Norte - nº _____

Nome: _____ RG: _____

ANEXO II

Conteúdo Programático

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. A repartição de competências na federação brasileira. Delegação de arrecadação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Legislação sobre o Sistema Tributário Brasileiro. Definição de tributo. Espécies de tributos. Competência tributária plena. Indelegabilidade da competência. Não-exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da competência. Princípios da legalidade e da tipicidade. Princípio da anualidade. Proibição de tributos interlocais. Imunidade e isenção. Uniformidade tributária. Tributação das concessionárias. Sociedades mistas e fundações. Imunidade recíproca. Extensão da imunidade às autarquias.
2. Fontes do Direito Tributário. Conceito de fonte. Fontes formais do Direito Tributário. Legislação Tributária. Conceito. Lei, Tratados e Convenções Internacionais. Normas Complementares. Leis Complementares. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração da Legislação Tributária. Tratados internacionais e legislação interna. A perda de eficácia dos tratados. Os tratados sobre matéria tributária e o artigo 98 do CTN. Vigência do tratado.
3. Obrigação principal e acessória: Fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade por infrações.
4. Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades. Suspensão do crédito tributário. Compensação. Restituição. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Conversão do depósito em renda. Consignação em pagamento. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Restituição do tributo transferido. Restituição de juros e multas. Correção monetária. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
5. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de consignação em pagamento. Administração Tributária. Procedimento Fiscal. Sigilo Fiscal e Prestação de Informações. Dívida Ativa. Certidões e Cadastro.
6. Espécies Tributárias. Impostos. Taxas e preços públicos. Taxas contratuais e facultativas. Contribuições. Empréstimos Compulsórios. As limitações constitucionais do empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988.
7. Impostos federais: impostos sobre o comércio exterior. Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF). Imposto de renda. Imposto de renda pessoas jurídicas. Imposto de renda pessoas físicas.
8. Contribuições para a Seguridade Social. Contribuição sobre o lucro. O regime da COFINS. CPMF. A CIDE e o seu regime.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio: natureza e forma. Processo eleitoral. Plebiscito. Referendum. Iniciativa popular. Direitos e garantias individuais. O rol da constituição brasileira.
2. Poder constituinte: originário e derivado. Repartição de competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente. Os Estados-membros na Constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos Estados membros, Distrito Federal e Territórios. Os Municípios na Constituição. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios. Intervenção nos Municípios.
3. Poder Legislativo. Organização e atribuições. O processo legislativo. Cláusulas pétreas. Natureza. Espécies. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. O Tribunal de Contas. Natureza e atribuições.
4. Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder regulamentar, poder regulador e as agências administrativas. Do Conselho da República. Do Conselho de Defesa Nacional.
5. Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. A Justiça Federal de 1º Grau. O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Conceito. Natureza. Espécies.
6. Funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Da Advocacia-Geral da União. Da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
7. Da Administração Pública. Princípios e Disposições Gerais. Dos servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas públicas. Da defesa do Estado e das instituições democráticas. O Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Administração Pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo constitucionais e legais, explícitos e implícitos. Administração Direta, Indireta. Regimes Jurídicos. Direito Administrativo Regulador. Poder de Polícia. Conceito. Características. Origem e função. Limites, extensão e controle. Poder de polícia e regulação. Distinções. Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/88 quanto aos limites do poder regulamentar.
2. Licitações. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. O Registro de preços. Contratos

- administrativos Conceito e características. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos.
3. Atos Administrativos. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Elementos e requisitos. Vícios. Classificações. Procedimento administrativo.
 4. Formas de intervenção do Estado na propriedade. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação. Fundamentos e requisitos constitucionais para as desapropriações. Espécies de desapropriações. Retrocessão. Desapropriação indireta. Procedimento expropriatório. Domínio público. Conceito. Bens públicos. Conceito e características, regime e espécies.
 5. Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos. Conceito e teorias. A responsabilidade por ação e por omissão. Evolução histórica no Direito brasileiro. Elementos. A reparação do dano. Ação regressiva e litisconsórcio. Responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor.
 6. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. O controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas. Formas, características e limites.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução ao Código Civil. Pessoas naturais: Personalidade e capacidade. Direitos da personalidade. Morte presumida. Ausência. Tutela. Curatela. Pessoas jurídicas: Conceito. Classificação. Registro. Administração. Desconsideração da personalidade jurídica. Associações. Fundações.
2. Domicílio. Bens. Negócios jurídicos: conceito. Representação. Condição. Termo. Encargo. Defeitos. Invalidez. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.
3. Obrigações: conceito. Elementos Constitutivos. Modalidades. Transmissão. Adimplemento e extinção. Inadimplemento.
4. Responsabilidade civil. Elementos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade por fato da coisa. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil. Dano moral e material. Indenização.
5. Direito de Empresa. Teoria geral do Direito Societário: conceito de sociedade. Personalização da sociedade. Espécies de empresa. A responsabilidade dos sócios. A distribuição de lucros. O sócio oculto. Segredo comercial. Classificação das sociedades. Liquidação. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Sociedades dependentes de autorização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição voluntária e princípios.
2. Competência: conceito, critérios de distribuição, espécies; identificação do foro competente; modificações, *perpetuatio jurisdictionis*, conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira.
3. Ação: classificação das ações e critérios identificadores. Defesa: natureza, conceito, espécies; sua inserção entre as bases fundamentais do Direito Processual.
4. Processo: natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão e fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.
5. Sujeitos do processo: o juiz, sua atuação e poderes, impedimento e suspeição; parte e respectivos conceitos material e processual, espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária; a advocacia, privada e estatal, inclusive a defensoria pública.
6. Deveres das partes, seus procuradores e demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores. Representação técnica. Litisconsórcio: conceito, espécies, a problemática da unitariedade e necessidade. Intervenção de terceiros: conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas, figuras típicas e atípicas, conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais.
7. Procedimento: natureza, conceito, classificação; distinção entre processo e procedimento; procedimentos sem processo. Procedimentos do processo de conhecimento; procedimentos especiais. Ato processual: conceito, forma, tempo, nulidades; prazos.
8. Procedimento Ordinário: Fase postulatória. Fase instrutória. Fase decisória. Desconstituição da coisa julgada, decisões rescindíveis e anuláveis; ação rescisória.
9. Processo nos tribunais. Coisa julgada inconstitucional. Recursos: natureza, conceito, inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais, classificação, efeitos, pressupostos, admissibilidade e mérito recursais, princípios, regras gerais; sucedâneos recursais; remessa obrigatória. Recursos em espécie.
10. Execução: natureza, conceito e espécies; execução de títulos judiciais e extrajudiciais, princípios, pressupostos, condições, regras gerais; débito e responsabilidade patrimonial; fraude à execução; aspectos peculiares do processo executivo; liquidação; a defesa na execução, exceção de pré-executividade; suspensão e extinção da execução. Cumprimento de sentença. Processo sincrético.
11. Execuções em espécie (por quantia certa contra devedor solvente, de obrigações de fazer ou não fazer, de obrigações de dar coisa certa ou incerta, contra a Fazenda Pública, de alimentos, por quantia certa contra devedor insolvente): conceito e características de cada uma, função, objeto, subtipos, procedimentos, controvérsias. Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80)
12. Tutela jurídica e tutela jurisdicional, tutela processual e tutela satisfativa, tutela inicial e final; tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade; antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites; tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela; poder geral de cautela.
13. Processo Cautelar. pressupostos, espécies, procedimento cautelar; cautelares nominadas e inominadas. Cautelar Fiscal (Lei nº 8.397/92).
14. Procedimentos especiais: natureza e conceito de cada um, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais; Consignação em Pagamento; Embargos de Terceiro. Juizados Especiais cíveis.

